

NOTEXP – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

CNPJ: 01.772.670/0001-99

Natureza jurídica: Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

Endereço: Avenida Luiz Obermuller Filho, 83, 2º Andar, Centro, Laranja da Terra/ES.

Natureza das Operações: Administração Pública em Geral

Art. 1º - Fica criado o Município de Laranja da Terra. Desmembrado do Município de Afonso Cláudio, com sede na atual Vila de São João de Laranja da Terra (LE I Nº 4068/88).

Art. 29 Cabe à Câmara Municipal, com observância às determinações e hierarquia constitucional suplementar, estadual e federal, legislar sobre assuntos de interesse local (LEI ORGÂNICA Nº 43, DE 04 DE ABRIL DE 1990).

Art. 3º A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar os atos do Executivo e competência para organizar e dirigir sua administração interna. **(Resolução nº 018 de 30/11/1990).**

Declaração de Conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis

Declaramos que as Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme dispõem as leis e normas de contabilidade aplicada ao setor público, evidenciando a gestão fiscal, orçamentária, patrimonial e financeira da Câmara Municipal.

Políticas contábeis

A Câmara realizou a reavaliação dos bens móveis através da comissão formada por servidores e também efetuou depreciação dos bens móveis mantendo os mesmos atualizados. Não possui bens imóveis.

Efetua apropriação de férias e encargos patronais por competência, em obediência às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

BALANÇO FINANCEIRO - BALFIN

O Saldo em **caixa e equivalente de caixa em moeda nacional**, destina-se para o pagamento das apropriações por competência referente a férias e obrigações patronais no valor de R\$ 52.888,83 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), **o qual não poderá permanecer no caixa da câmara municipal e será deduzido do nos próximos duodécimos do exercício de 2023**, e R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) relativo a restos a pagar não processados, totalizando R\$ 107.888,83 (cento e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos).